

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.318.617 - RS (2018/0155942-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE** : L G R M  
**ADVOGADOS** : VANIA JUSSARA LEITÃO BARRETO - RS029783  
SHAIANNE LOURENÇO DE GREGORI E OUTRO(S) - RS092465  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão do egrégio Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul que não admitiu recurso especial interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o agravante foi condenado como incurso no art. 234 c/c o art. 237, II, na forma do art. 79, todos do Código Penal Militar (corrupção de menor, por duas vezes), às penas de 3 anos de reclusão, conforme sentença de fls. 940/960).

A defesa apelou, tendo o Tribunal de origem, por maioria, negado provimento ao recurso, vencido o Juiz vogal que dava parcial provimento ao apelo para fixar a pena em 1 ano, 11 meses e 10 dias de reclusão, com sursis, segundo a acórdão de fls. 1.121/1.143.

Os embargos infringentes opostos foram acolhidos em parte, por maioria, para redimensionar a pena para 2 anos e 8 meses de reclusão

Os embargos de declaração opostos pela defesa não foram conhecidos, porquanto intempestivos (fls. 1.263/1.265).

Inconformada, interpôs agravo regimental, via e-mail, que não foi conhecido porque protocolado fora do prazo, sendo intempestivo.

Alegando omissão, opôs novos embargos de declaração, que foram rejeitados por inexistência de qualquer dos vícios que justifiquem o seu acolhimento.

Daí, o presente recurso especial, em que a defesa alega violação dos arts. 272, § 8º, do NCPC e 69 do CPM. Se insurge contra a não abertura de prazo para oposição de embargos, uma vez que não havia sido disponibilizada a íntegra do acórdão dos infringentes, e contra a fixação da pena, pois algumas circunstâncias judiciais foram

# Superior Tribunal de Justiça

valoradas negativamente sem fundamentação concreta.

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial pela incidência das Súmulas n. 7 do STJ e 283 e 282 e 356 do STF. Contraminuta às fls. 1.476/1.482. O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo (fls. 1.497/1.498).

É o relatório. Decido.

Anoto, inicialmente, que não há se falar em impedimento do Vice-Presidente, pois *"o desembargador que participou no julgamento da ação penal originária não está impedido de proferir o juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário correspondentes, visto que ambos os provimentos são emitidos na mesma instância, de competência do Tribunal de justiça"* (HC 89.157/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ 07.02.2008).

No mais, o recurso não merece conhecimento.

Com efeito, a intempestividade do agravo regimental não interrompe o prazo para o protocolo de qualquer outro recurso. Nesse sentido são os seguintes julgados:

**PROCESSUAL CIVIL E PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DIVERGÊNCIA EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO, A DESTEMPO, DE AGRAVO REGIMENTAL CONTRA A DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO ESPECIAL DA DEFESAS. MANEJO DE RECURSO INTEMPESTIVO QUE NÃO INTERROMPE PRAZO PARA RECLAMO SUBSEQUENTE. TRÂNSITO EM JULGADO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. BAIXA IMEDIATA.**

1. *"O recurso manifestamente incabível, intempestivo ou inexistente não suspende nem interrompe o prazo para a interposição de recurso adequado"* (AgRg no RE nos EDcl no REsp 1.534.058/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJe 10/5/2017).

2. *Se a defesa maneja a destempo agravo regimental contra decisão monocrática do Relator que não conhecera de seu recurso especial, é de se reconhecer que já se operou o trânsito em julgado da condenação para a defesa, tanto mais quando se vê que ela não chegou a manejar recurso extraordinário contra o acórdão de segundo grau.*

*De consequência, os embargos de divergência que impugnam dito acórdão não merecem ser conhecidos.*

3. *Ainda que assim não fosse, no caso concreto, os embargos de divergência seriam inadmissíveis, fosse porque quase todos os paradigmas indicados pela recorrente correspondem a julgados desta Corte proferidos em habeas corpus ou em recurso ordinário em habeas*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*corpus, fosse porque seu recurso especial não chegou a ser conhecido, e a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que não se admitem embargos de divergência interpostos com o objetivo de discutir o acerto ou desacerto na aplicação de **regra técnica** de conhecimento de recurso especial.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento, com determinação de certificação de trânsito em julgado e baixa imediata (AgRg nos EDcl nos EDv nos EREsp 1.458.099/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 02/09/2019).*

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INTEMPESTIVIDADE. AGRAVO INTERNO INCABÍVEL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE NÃO ADMITIU RECURSO ESPECIAL. NÃO SUSPENSÃO OU INTERRUPTÃO DO PRAZO RECURSAL. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.**

*1. É intempestivo o agravo em recurso especial interposto depois de escoado o prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto nos arts. 219, caput, 994, VI, e 1.003, § 5º, do CPC/2015.*

*2. Nos termos do art. 1.042 do CPC/2015, contra decisão que não admite o recurso especial é cabível agravo nos próprios autos para o Superior Tribunal de Justiça, e não agravo interno, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em julgamento de recursos repetitivos, o que não ocorre na presente hipótese.*

*3. O agravo interno interposto na origem, contra decisão que não admitiu o recurso especial, é manifestamente incabível.*

*4. "O recurso manifestamente incabível, intempestivo ou inexistente não suspende nem interrompe o prazo para a interposição de recurso adequado" (AgRg no RE nos EDcl no REsp 1.534.058/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJe de 10/5/2017).*

*5. Agravo interno ao qual se nega provimento (AgInt no AREsp 1.326.751/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 06/12/2018).*

Assim, é intempestivo o recurso especial, pois interposto fora do prazo legal de 15 dias.

Diante do exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 09 de outubro de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator

